

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## ÍNDICE

História do Brasil - Período Regencial e Segundo Reinado.....	2
Período Regencial .....	2
Regência Trina Provisória (Abril a Junho de 1831).....	2
Regência Trina Permanente (1831 – 1835) .....	2
Regência Una .....	3
Rebeliões Regenciais.....	3
Segundo Reinado.....	3
1ª Fase (1840-1850).....	4
Revolução Praieira (1848): .....	4
2ª Fase (1850-1870).....	5
Política Externa .....	6
Guerra do Paraguai (1864 – 1870).....	6
Questões Platinas .....	7
3ª Fase (1870-1889).....	7
Proclamação da República (15/11/1889) .....	7

# História do Brasil - Período Regencial e Segundo Reinado

## Período Regencial

Chamamos de Período Regencial o espaço de tempo entre o Primeiro e o Segundo Reinado. Durante esses anos, D. Pedro de Alcântara estava impossibilitado de assumir, devido à sua idade. O Brasil foi então governado por regentes. Algumas considerações gerais sobre o Período Regencial são importantes:

- > Presença de três grupos políticos: Restauradores, Liberais Moderados e Liberais Exaltados.
- > Os três grupos políticos formaram posteriormente os dois partidos que definiram a vida política durante o II Reinado: Liberal e Conservador. É importante lembrar que os dois partidos eram *farinha do mesmo saco*. Eles divergiam apenas quanto à maneira de estabelecimento da monarquia.
- > O Período Regencial foi marcado por três períodos: Regência Trina Provisória, Regência Trina Permanente e Regência Una.
- > O período foi de grande instabilidade, marcado por revoltas que ameaçaram a unidade territorial do Brasil.
- > Apesar das revoltas, NENHUM regente fez uso do Poder Moderador, já que ele era de uso EXCLUSIVO do Imperador.

### Regência Trina Provisória (Abril a Junho de 1831)

- » Nicolau de Campos Vergueiro, Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas) e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.
- » Reintegração do Ministério dos Brasileiros, que havia sido demitido por D. Pedro I em abril de 1831, após a Noite das Garrafadas.
- » Promulgação da Lei Regencial, restringindo assim as atribuições do Poder Moderador, que, temporariamente, seria exercido pelos regentes, vetando-lhes o direito de dissolver a Câmara dos Deputados, decretar a suspensão das garantias constitucionais e conceder títulos de nobreza e condecorações.
- » Anistia aos presos políticos para abafar a agitação política.
- » Proibição dos ajuntamentos noturnos em praça pública, tornando inafiançáveis os crimes em que ocorresse prisão em flagrante.
- » Eleição da Regência Trina Permanente.

### Regência Trina Permanente (1831 – 1835)

- » José de Costa Carvalho, João Bráulio Muniz e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.
- » Composição feita por Deputados, ao contrário da anterior, que havia sido formada por Senadores.
- » Desponta, nesse contexto, a figura do padre Diogo Antônio Feijó; dele partiram as principais medidas do período: Criação da Guarda Nacional, em 1831 (base para o futuro coronelismo). Tratava-se de uma *tropa de elite*, uma esfera de poder municipal, tendo como comandantes locais os próprios grandes proprietários. Aprovação em 1832 do Código de Processo Criminal, dando plena autonomia judiciária aos juízes de paz no âmbito municipal.
- » Expansão das ideias liberais descentralizadoras.
- » ATO ADICIONAL DE 1834 – (claras manifestações liberais) de acordo com ele, a regência se tornaria una, eletiva e temporária, com mandato de quatro anos. Supressão do Conselho de Estado, instituição das já implementadas Assembleias Legislativas Provinciais e criação de um Município Neutro, no caso o Rio de Janeiro. O Ato Adicional, na prática, reforçava de forma intensa a autonomia das províncias, além de, em certos aspectos, apresentar uma abertura para as ideias republicanas.

## Regência Una

- » Padre Diogo Antônio Feijó (1835 – 1837) – avanço liberal.
- » Governa em nome dos Moderados.
- » Tensões políticas.
- » Oposição dos Conservadores.
- » Política econômica questionável.
- » Ecloração de revoltas oriundas do processo de descentralização: Cabanagem no Pará (1835 – 1840), Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835 – 1845).
- » A situação de ingovernabilidade acabou levando à renúncia em 1837.
- » Pedro Araújo de Lima (1837 – 1840) – regresso conservador.
- » Conservadores com o lema: regresso à ordem.
- » Consolidação do Partido Liberal e do Partido Conservador.
- » Outros focos de rebeliões estouram: Sabinada na Bahia (1837 – 1838) e Balaiada no Maranhão (1838 – 1841).
- » Ministro Pereira Vasconcelos reorganiza o processo centralizador.
- » Criação do Instituto Histórico Brasileiro e do Colégio D. Pedro II.
- » Golpe da Maioridade (1840).

## Rebeliões Regenciais

- > Péssimas condições de vida da população mais pobre.
- > Falta de autonomia das províncias, devido à centralização do governo imperial.
- > Excesso de impostos, cobrados pelo governo central.
- > Luta pelo poder entre partidos e grupos políticos.

REBELIÃO	PERÍODO	ESTADO	CLASSE SOCIAL
CABANAGEM	1835-1840	Pará	Popular
REV. DOS MALÊS	1835	Bahia	Escravos
FARROUPILHA	1835-1845	Rio Grande do Sul	Elite – Estancieros
SABINADA	1837-1838	Bahia	Classe média
BALAIADA	1838-1841	Maranhão	Popular

## Segundo Reinado

O Segundo Reinado (1840-89) corresponde ao período no qual D. Pedro II esteve à frente do governo brasileiro. No capítulo anterior, verificamos que o D. Pedro I governou o país por apenas nove anos e, devido a uma série de contradições e pressões internas, veio a abdicar ao trono. A julgar pelo tempo de governo de cada um, podemos já lançar mão de uma conclusão: o governo de D. Pedro II, além bem mais longo que o de seu pai, foi cercado de maior estabilidade política, entretanto não podemos nos iludir e afastar que este longo período também esteve cercado de inúmeras contradições.

Como forma facilitar nosso debate acerca do II Reinado, iremos dividi-lo em três fases, como forma de sintetizarmos algumas ideias e fatos importantes que compõem tão rico período da História brasileira.

- > **1ª fase (1840-50)** – Contenção dos resquícios das Rebeliões Regenciais e Política Interna;
- > **2ª fase (1850-70)** – Política Externa: Questão Christie, Conflitos Platinos e Guerra do Paraguai; Economia nacional;
- > **3ª fase (1870-89)** – Leis abolicionistas e Movimentos Republicanos.

### 1ª Fase (1840-1850)

O governo de D. Pedro II (Pedro de Alcântara) tem início com o GOLPE DA MAIORIDADE, que consistiu em uma articulação política antecipando a maioridade do Imperador para 15 anos (Constitucionalmente era de 18). O objetivo era centralizar o poder e sufocar a ameaça que as Rebeliões Regenciais ofereciam à integridade territorial do Império, bem como aos interesses da elite nacional, orientados pelo binômio latifúndio e escravidão e que se viam ameaçados pelos conflitos internos.

Podemos verificar que a proposta inicialmente foi formulada pelo Partido Liberal e aceita pelo Partido Conservador, uma vez que a centralização política no Imperador atendia aos interesses da elite, preservando as estruturas de poder. Nesse sentido, observa-se que os dizeres de deputado Oliveira Viana *nada mais liberal que um conservador* na oposição, nada mais conservador que um liberal no governo, expressa bem como a elite alternava sua posição política conforme a ocasião e os interesses. Estas medidas constituíram-se em importantes elementos para certa estabilidade interna, pacificação de revoltas, bem como conciliação de alguns interesses.

#### → Política Interna:

- > **Ministério dos Irmãos:** assim que foi coroado, D. Pedro II nomeia um ministério composto pelos irmãos Andrada, Martim Francisco, Antônio Carlos e outros Liberais. No entanto, este ministério sofreu forte oposição, uma vez que a Câmara dos Deputados era formada na maioria por Conservadores. O Imperador, fazendo uso do Poder Moderador, convoca eleições, as quais ficam marcadas pelo uso de violência e meios fraudulentos como forma de impor a manutenção do ministério, por este motivo foram chamadas de *Eleições do Cacete*.
- > **Tarifa Alves Branco (1844):** criada por Manuel Alves Branco, representou o aumento dos impostos sobre a importação, variando de 30% a 60% *ad valorem*, isto é, correspondente a um percentual do valor do produto. A medida tinha por objetivo proteger a economia nacional e acabou desagradando comerciantes britânicos e importadores brasileiros.
- > **Lei Bill Aberdeen (1845):** trata-se de uma lei inglesa, também chamada de *Slave Trade Suppression Act*, que proibia o tráfico negreiro de escravos. A Inglaterra decreta o direito de aprisionar e até mesmo naufragar navios que se encontrassem transportando escravos. É importante lembrar que os britânicos passavam por uma intensificação da Revolução Industrial, bem como já adotavam uma política Imperialista em território africano, portanto a lei não se cercava de causas humanitárias, mas de motivações econômicas.
- > **Parlamentarismo às avessas (1847):** Poder Legislativo subordinado ao Executivo. Imperador = peça central nas decisões. Liberais e Conservadores manipulados por D. Pedro II, cientes de que precisavam de sua proteção.

### Revolução Praieira (1848):

- » Pernambuco (reduto do liberalismo);
- » Revoluções liberais de 1848.
- » Situação da região em desordem, imperando a fome e a miséria.

- » Comerciantes portugueses discriminam os pobres.
- » Surgem os *novos ricos* e fundam o Partido da Praia.
- » Em 1848, D. Pedro II nomeou um conservador para governar a Província, sendo isso o estopim da revolta.
- » Os praiheiros tinham um plano com influências que ultrapassavam as ideias liberais e estava marcado por ideias do socialismo utópico (Manifesto do Mundo).
- » Movimento sufocado em 1850.
- > **Lei Eusébio de Queirós (1850):** em função das pressões inglesas pelo fim da escravidão, bem como a promulgação da Bill Aberdeen, o Brasil decide por proibir o tráfico negreiro.
- > **Lei de Terras de 1850:** as terras sem registro foram consideradas *devolutas* (pertencentes ao Estado) e a regularização se dava somente mediante a compra e registro. As consequências foram que pequenos proprietários perderam suas terras, aumentando a concentração de terras nas mãos de latifundiários. Imigrantes e escravos libertos ficaram sem acesso a terra, disponibilizando, assim, mão de obra barata e numerosa para grandes proprietários.

## 2ª Fase (1850-1870)

### → Economia:

A economia do Brasil se mantém basicamente a mesma durante todo o período imperial, aliás, só vamos falar de significativas alterações nesse setor após 1930. Até esta data, podemos classificá-la da mesma maneira, o que de certa forma facilita o estudo, mas, na prática, atrasou o nosso desenvolvimento (*coisas do Brasil*).

### → Características:

- » Predominância da monocultura.
- » Economia agroexportadora.
- » Grandes propriedades cultivadas (latifúndios).
- » Os produtos principais estavam enfrentando uma dura crise, a saber:
- > **AÇÚCAR:** sofria concorrência da produção das Antilhas e do açúcar de beterraba na Europa (*européu tem cada gosto!*).
- > **TABACO:** usado no tráfico de escravos africanos, sofria uma queda na produção sob a pressão inglesa para que o Brasil eliminasse tal prática.
- > **ALGODÃO:** perdia mercado para a concorrência do algodão produzido no sul dos Estados Unidos.
- > **CHARQUE e COURO:** representavam muito pouco nas exportações brasileiras, não concorrendo com similares produzidos em outras regiões (Argentina e Uruguai).

**Indústria:** o pequeno desenvolvimento industrial do Brasil no período se deve, inicialmente, a alguns fatores, como, por exemplo, renovação dos tratados com a Inglaterra, insuficiência de capital disponível, inexistência de um forte mercado interno, ausência de mentalidade empresarial brasileira e precariedade de rede de transportes. Mas com a aprovação das Tarifas Alves Branco, a situação ficou um pouco mais favorável. Vemos despontar, após meados do século XIX, a figura de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão (1854) e Visconde (1874) de Mauá. É o período que chamamos de ERA MAUÁ. Dentre suas atividades, merecem destaque: navegação a vapor, reestruturação de portos, estradas de rodagem, bancos e empresas de serviços. Esses fatos, porém, não foram capazes de transformar o país em uma economia industrial. A estrutura agrária continuava centrada no latifúndio. Havia também uma resistência à ideia de industrialização. Não podemos esquecer que, por quase cem anos (1750-1840), a Revolução Industrial privilegiou, sobretudo, a Inglaterra. As economias agrárias resistiam a essa inovação. Esse foi um dos motivos da Guerra da Secessão (1861 – 1865) nos Estados Unidos. A resistência também se observa no Brasil e por isso Mauá é, hoje, considerado um homem à frente de seu tempo e, em seu tempo, foi considerado como um louco.

## Política Externa

A Questão Christie (1863 – 1865) consistiu no rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, provocado, sobretudo por dois principais motivos: 1) o roubo da carga de um navio inglês naufragado no Rio Grande do Sul e a exigência inglesa por indenização; 2) a prisão de marinheiros ingleses no Rio de Janeiro e a exigência britânica de desculpas. William D. Christie (embaixador inglês no Brasil) aprisionou 5 navios brasileiros no porto do Rio de Janeiro a título de indenização, levando o Brasil a pagar a indenização, mas exigindo desculpas da Inglaterra por invadir porto do Rio de Janeiro. Arbítrio internacional de Leopoldo I (BEL) favorável ao Brasil, que rompe relações diplomáticas com a Inglaterra, que se retrata oficialmente em 1865.

### Guerra do Paraguai (1864 – 1870)

#### → Motivos:

- » Desenvolvimento econômico do Paraguai.
  - » Necessidade que o Paraguai tinha de acesso ao mar.
  - » Necessidade paraguaia em escoar sua produção.
  - » Ideia de Francisco Solano Lopez de construir o *Grande Paraguai*,
  - » Pretensões paraguaias sobre territórios do Brasil e Argentina.
  - » Choque com interesses ingleses na região.
  - » Apreensão do navio brasileiro Marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864, que subia o rio Paraguai rumo à província de Mato Grosso, levando a bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, recém-nomeado presidente da província.
- > **1º de maio de 1865** – Assinado em Buenos Aires o Tratado da Tríplice Aliança.
  - > Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) x Paraguai.
  - > **1865** – Batalha de Riachuelo (Almirante Tamandaré e Almirante Barroso).
  - > **1866** – Invasão do Paraguai (General Manuel Luís Osório).
  - > **1867** – Batalha do Tuiuti (General Manuel Luís Osório, General Luís Mena Barreto, Brigadeiro Antônio de Sampaio e Tenente-Coronel Emílio Luís Mallet).
  - > **1869** – Cerco à Assunção. Solano López foge. Duque de Caxias sai do comando das tropas Brasileiras e assume o Conde Luís Felipe Gastão de Orléans (Conde d’Eu), genro do Imperador.
  - > **1869-1870** – Campanha das Cordilheiras, perseguição e morte de Solano López.

#### → Consequências:

- > **Brasil** – Aumento da dívida externa, crise financeira, desenvolvimento das comunicações (telégrafo, por exemplo) e da indústria naval, crescimento do Exército Brasileiro em importância política.
- > **Inglaterra** – Lucros com os empréstimos aos países da Tríplice Aliança, lucros com o comércio de armas, entrada no mercado paraguaio, aproveitando o aniquilamento causado pela guerra.
- > **Paraguai** – Destruição do seu parque industrial, extinção das Fazendas da Pátria que passaram às mãos de latifundiários, entrada na órbita da economia inglesa, anulação de suas pretensões territoriais, extermínio de 76% de sua população.

## Questões Platinas

Encerram as questões relacionadas à política externa do II Reinado. O Império brasileiro envolveu-se profundamente nessas questões, tanto do ponto de vista político, como militar. No Prata, os interesses econômicos foram, de certa forma, postos em segundo plano. As sucessivas intervenções brasileiras no Prata começaram por volta de 1850. Na grande maioria das vezes, foram tentativas de solucionar problemas antigos, que surgiram da inabilidade de D. João VI com a política externa. Os problemas do Prata foram provocados basicamente por duas causas: o imperialismo brasileiro e a luta interna nas repúblicas platinas.

### 3ª Fase (1870-1889)

#### → Abolição da Escravidão

- > **Lei Eusébio de Queirós (1850)** – extinção do tráfico negreiro.
- > **Lei do Ventre Livre (1871)** – liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir desta data, devendo os proprietários criá-los até os 08 anos.
- > **Lei dos Sexagenários (1885)** – liberdade para o escravo que completasse 65 anos.
- > **Lei Áurea (1888)** – assinada em 13 de maio, concedeu a liberdade a todos os escravos. O documento assinado pela Princesa Isabel – que na ocasião substituiu provisoriamente o Imperador – atingiu aproximadamente 5% da população negra do país, fato este que mostra que na prática a escravidão já havia praticamente acabado, sendo a Lei apenas uma forma de legitimar este fato.

O fato de, na prática, a escravidão se impor a um reduzido número de escravos não implica dizer que a condição social do escravo era melhor, bem como dos negros libertos, uma vez que a abolição não veio acompanhada de políticas de inclusão, bem como de garantias de direitos políticos e sociais, o que deixou a população negra desamparada.

Outro aspecto que se faz importante debater consiste que estas leis podem ser interpretadas enquanto elementos que frearam o processo abolicionista, concedendo a liberdade, paulatinamente, a pequenas camadas da população escrava, conseguindo assim tempo para que os fazendeiros fossem adequando-se à transição para a mão de obra livre assalariada.

Seria ingenuidade analisar a abolição apenas como fruto de uma série de leis vindas de *cima para baixo*, sem situá-las dentro de um quadro de influências internas e externas, tais como:

- » as pressões inglesas, como forma de ampliar o mercado consumidor e liberar capitais destinados ao tráfico negreiro ;
- » a ideia de modernização nacional e de racionalização do trabalho;
- » a Guerra do Paraguai que alforriou negros que lutaram no conflito;
- » a ação de clubes abolicionistas, composto por poetas, escritores, políticos, intelectuais e outros que exerciam pressões sociais sobre os deputados;
- » as revoltas/resistências dos próprios escravos;

Concomitantemente a esse cenário, devemos atentar para a subjetividade, criatividade e lutas da própria população negra, pois analisar a abolição apenas do ponto de vista de uma concessão do governo e da elite branca consiste em vitimizar os sujeitos históricos, como se estes não fossem portadores de vontades, interesses e ações transformadoras da sua realidade histórica.

### Proclamação da República (15/11/1889)

Comumente o ensino de História no Brasil, sob fortes influências da historiografia positivista, reproduz uma visão que tende a construir grandes heróis e enaltecer eventos como se eles se dessem de modo isolado e operando uma ruptura brusca com o passado. Nesse sentido, a Proclamação da República deve ser entendida, primeiramente como fruto do interesse de três grupos:

- > Militares
- > Cafeicultores
- > Camadas Médias Urbanas

**MOVIMENTO ELITISTA E SEM  
PARTICIPAÇÃO POPULAR**

A partir de uma série de fatores que geraram o desgaste do poder e da figura do Imperador D. Pedro II, ao longo do Segundo Reinado (1840-89), são as chamadas QUESTÕES da República:

- > **Questão Abolicionista** – o descontentamento de muitos cafeicultores (principalmente do Vale do Paraíba) com as medidas abolicionistas.
- > **Questão Militar** – a desvalorização, os baixos salários e a pouca participação política do Exército no país, somados ao aumento do prestígio que a instituição passa a ter após a Guerra do Paraguai.
- > **Questão Religiosa** – a expulsão dos maçons pela Igreja Católica e a retaliação do Imperador (que era maçom), ordenando a prisão dos Bispos de Olinda e Recife, fizeram a monarquia encontrar forte oposição da Igreja.

#### Exercício

01. No contexto histórico das transformações ocorridas no século XIX, que envolveram questões da identidade nacional e da política, no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, ocorreu uma grave crise institucional. As tentativas de superação por meio das Regências provocaram uma série de revoltas como a Sabinada (BA), a Balaiada (MA) e a Cabanagem (PA). A superação da crise, que coincidiu com o fim do período regencial, deveu-se à:
- a) antecipação da maioria do príncipe herdeiro.
  - b) consolidação da Regência Una e Permanente.
  - c) formação e consolidação do Partido Republicano.
  - d) fundação das agremiações abolicionistas.
  - e) volta imediata de D. Pedro I às terras brasileiras.

#### Gabarito

01 - A